

A FORMAÇÃO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS MONITORES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS PÚBLICO-ALVO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESCOLA

Fernanda Missio ¹

Henri Luiz Fuchs ²

RESUMO

A presente pesquisa investiga a atuação dos monitores escolares na inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial, com ênfase nas condições de formação e nas práticas desenvolvidas no contexto da rede municipal de Nova Bassano. O estudo, de natureza quanti-qualitativa, envolveu revisão bibliográfica, análise documental, levantamento de dados junto à Secretaria Municipal de Educação e entrevistas com cinco profissionais atuantes em duas escolas da rede. A análise evidenciou fragilidades na formação das monitoras, revelando que, enquanto os demais profissionais possuem formação especializada, as monitoras entrevistadas ainda cursam o ensino médio e não receberam capacitação específica promovida pelo município. A ausência de formação estruturada compromete a qualidade do apoio prestado aos alunos com deficiência, limitando a atuação das monitoras a funções de cuidado, sem articulação efetiva com o processo pedagógico. Autores como Mantoan, Sasaki, Rodrigues e Mendes destacam que a formação específica e contínua dos monitores é essencial para que atuem como mediadores da aprendizagem e da inclusão, e não apenas em funções de cuidado. Os dados também apontam a necessidade de integração entre monitores, professores e gestão escolar, além de maior valorização profissional e oferta de condições adequadas de trabalho. Conclui-se que a consolidação da educação inclusiva requer investimentos em formação continuada, políticas públicas comprometidas com a qualificação desses profissionais e uma mudança cultural nas escolas, que reconheça o papel do monitor como mediador da aprendizagem e da inclusão. Assim, a valorização dos monitores escolares é um passo fundamental para a construção de uma escola democrática e acessível a todos.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Formação de Monitores. Políticas Públicas. Práticas Pedagógicas. Educação Especial

¹ Estudante do curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves. E-mail: fefe.hp56@gmail.com

² Dr. em Educação. Professor orientador. Docente no curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves. E-mail: henri.fuchs@bento.ifrs.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A escolha deste tema surgiu a partir de uma vivência pessoal marcante: fui designada a acompanhar um aluno público-alvo³ da inclusão sem qualquer tipo de preparo, orientação ou diálogo prévio com a família. Essa experiência me marcou profundamente, pois senti na pele as dificuldades enfrentadas por quem está na linha de frente do processo de inclusão sem a formação adequada. Não recebi informações suficientes sobre o aluno, tampouco suporte da equipe pedagógica, o que me levou a refletir sobre a importância da formação e do reconhecimento do papel do monitor nesse contexto. Assim, meu envolvimento é direto e pessoal com o tema, e, por meio deste trabalho, busco responder à seguinte pergunta: Como a falta de formação e apoio impacta o trabalho dos monitores e, conseqüentemente, o processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial?

Nas últimas décadas, a Educação Inclusiva tem adquirido centralidade nas políticas educacionais brasileiras, promovendo o reconhecimento da diversidade como princípio fundamental para a organização do ensino. Fundamentada no direito à igualdade de oportunidades, essa abordagem visa garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais. Para tanto, a presença de profissionais de apoio, como os monitores escolares, tem se mostrado estratégica na efetivação da inclusão nas instituições de ensino, sobretudo no atendimento ao Público-Alvo da Educação Inclusiva.⁴

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), ao lado de outros dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), reafirma o compromisso do Estado com uma educação acessível, equitativa e de qualidade. No entanto, a implementação prática da inclusão educacional ainda enfrenta inúmeras barreiras, dentre as quais se destaca a carência de formação específica e continuada para os monitores escolares — profissionais que atuam diretamente com

³ Após a escrita desse trabalho ao pesquisar por estudos recentes, foi definido no IV Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional que o termo para se referir aos alunos da educação especial é “Aluno público da Educação Especial”.

⁴ O público da educação especial engloba as deficiências física, visual, auditiva, intelectual e múltipla, o TEA e as altas habilidades/superdotação, já público da educação inclusiva, engloba, além dos já mencionados, os transtornos funcionais específicos (dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia, TDAH e outras condições que por alguma razão estejam limitando a aprendizagem)

os estudantes com deficiência e que, em grande parte dos contextos escolares, exercem suas funções sem o suporte formativo necessário.

A atuação do monitor escolar, quando respaldada por uma formação qualificada e alinhada aos princípios da educação inclusiva, transcende o papel assistencialista, assumindo caráter pedagógico e mediador. Conforme destacam Mantoan (2003) e Mendes (2010), esses profissionais desempenham papel fundamental na mediação das interações sociais e na promoção da aprendizagem, contribuindo significativamente para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática. No entanto, lacunas formativas persistem, comprometendo o pleno desenvolvimento dos estudantes e a efetividade das práticas pedagógicas.

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do monitor escolar na efetivação da educação inclusiva, bem como investigar as condições de formação e atuação desses profissionais na rede municipal de ensino do município de Nova Bassano. A escolha do tema justifica-se pela crescente demanda por políticas públicas que assegurem a qualificação dos profissionais de apoio à inclusão e pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados por esses sujeitos no contexto escolar.

Por meio de uma abordagem quanti-qualitativa, esta pesquisa busca oferecer subsídios teóricos e empíricos que contribuam para a formulação de estratégias de formação mais eficazes e para a valorização do trabalho dos monitores escolares. Entende-se que investir na qualificação desses profissionais é condição indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva que não se limite à retórica legal, mas que se materialize em práticas concretas, pautadas pela equidade, pela justiça social e pelo reconhecimento das singularidades de cada estudante.

Diante desse contexto, torna-se necessário refletir sobre as condições reais de atuação dos monitores escolares e os impactos que a ausência de formação específica pode causar no processo de inclusão. Assim, este estudo propõe uma análise crítica sobre a formação e as práticas desses profissionais na rede municipal de Nova Bassano, com base em dados empíricos e referenciais teóricos da área. A seguir, são apresentadas as políticas públicas voltadas à educação inclusiva, que fundamentam e orientam o papel dos monitores no ambiente escolar.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão na educação é um dos principais objetivos das políticas públicas no Brasil. Ela busca garantir que todos os alunos tenham acesso ao ensino de qualidade, respeitando suas diferenças e necessidades. Nesse cenário, a atuação dos monitores educacionais se destaca como uma estratégia importante para que os estudantes que fazem parte do PAEE possam participar plenamente das atividades escolares, com mais igualdade e valorização da diversidade.

A Educação Inclusiva é fundamentada no princípio de que “a escola é um espaço que deve acolher a diversidade, promovendo o desenvolvimento integral de todos os estudantes” (Mantoan, 2015, p. 28). Para que isso aconteça de maneira efetiva, é necessário criar condições que favoreçam tanto a aprendizagem quanto a convivência no ambiente escolar. Nesse cenário, os monitores escolares desempenham um papel essencial, pois auxiliam na mediação de situações de aprendizagem e convivência, especialmente para alunos do PAEE.

A presença dos monitores educacionais está respaldada pela legislação nacional, especialmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que estabelece as bases para a organização da educação no Brasil. Em seu Art. 58, a LDB determina que “a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo aos estudantes atendimento especializado sempre que necessário”¹. O § 1º do mesmo artigo reforça esse compromisso ao prever “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Nesse contexto, a atuação dos monitores educacionais configura-se como uma das medidas concretas que assegurem esse atendimento, promovendo a inclusão efetiva no ambiente escolar. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, reafirma essa diretriz ao propor, na Meta 4 e na Estratégia 4.10, a garantia do acesso ao atendimento educacional especializado e a articulação entre ensino regular e serviços de apoio, como os desempenhados pelos monitores, fortalecendo a construção de um sistema educacional inclusivo.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) avança além do que prevê a LDB, transformando a inclusão escolar em um direito efetivo ao determinar que as instituições de ensino ofereçam não apenas matrícula, mas também condições reais de aprendizagem. Enquanto a LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece

que a educação especial deve ocorrer preferencialmente na rede regular, o Estatuto da PCD exige adaptações curriculares, profissionais de apoio (como monitores educacionais) e acessibilidade física e comunicacional. Dessa forma, a lei assegura que a inclusão não seja apenas formal, mas prática, garantindo igualdade de oportunidades e participação plena dos estudantes com deficiência na vida escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), reforça a necessidade de práticas que assegurem o acesso, a permanência e a participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento⁵ e altas habilidades ou superdotação no ensino regular. De acordo com o documento, “a inclusão educacional pressupõe a transformação das escolas em espaços acolhedores e adaptados à diversidade, sendo a formação de monitores um recurso essencial nesse processo” (Brasil, 2008, p. 14).

A Educação Inclusiva é um direito assegurado por leis e políticas públicas que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais ou culturais. No Brasil, essa perspectiva ganhou força a partir de marcos legais como a Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu Art. 208, o dever do Estado em oferecer atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Essa premissa foi reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que define a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal, integrada ao sistema educacional comum. Além disso, a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 6.949/2009, consolidou o compromisso do país com uma educação inclusiva, em que barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais devem ser superadas para assegurar a plena participação de todos.

Nesse contexto, diversas políticas públicas foram implementadas para operacionalizar a inclusão na prática escolar. Um exemplo é o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, criado em 2003, que tem como objetivo capacitar gestores e educadores para desenvolver práticas pedagógicas que atendam à

⁵ A partir da Lei Berenice Piana (Lei 12.764/12 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm) e do DSM-V - o termo passa a ser transtorno do espectro autista.

diversidade dos alunos. Outra iniciativa importante é a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, espaços equipados com materiais adaptados onde estudantes com deficiência recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno, complementando sua formação no ensino regular. O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) também trouxe avanços ao estabelecer metas específicas para a inclusão, como a Meta 4, que trata da universalização do acesso à educação para pessoas com deficiência e a formação continuada de professores em Educação Especial.

No entanto, apesar dos avanços legais e das iniciativas governamentais, a efetivação da Educação Inclusiva ainda enfrenta desafios significativos. Muitas escolas não possuem estrutura física acessível, como rampas, banheiros adaptados, piso tátil ou rota acessível, alternativas a sinais sonoros, e salas equipadas com recursos de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos acessíveis, dentre outros, o que limita a participação de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. A ausência de adequações contraria as diretrizes estabelecidas na NBR 9050 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020), que normatiza os requisitos técnicos de acessibilidade em espaços públicos e escolares, visando garantir o direito à circulação, segurança e autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, a formação docente muitas vezes é insuficiente para preparar os professores para lidar com a diversidade em sala de aula, resultando em práticas pedagógicas que nem sempre atendem às necessidades específicas dos estudantes. Há também uma resistência cultural enraizada, manifestada em preconceitos e na falta de compreensão sobre a importância da inclusão, o que pode levar à exclusão velada mesmo em ambientes que se dizem inclusivos. Sasaki (2005) defende que a inclusão escolar exige mais do que a presença física do aluno com deficiência, demandando mudanças profundas na forma como a sociedade percebe e valoriza as diferenças.

Diante desse cenário, diversos estudiosos da educação inclusiva apontam que as políticas públicas não devem se limitar a ações pontuais, mas devem promover transformações estruturais no sistema educacional. Essas mudanças envolvem investimentos adequados em infraestrutura, a ampliação de programas de formação continuada para os docentes e a sensibilização da comunidade escolar quanto à valorização das diferenças. A escola, enquanto espaço de socialização e

construção do conhecimento, precisa garantir um ambiente acolhedor, no qual todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades para aprender e se desenvolver (Sasaki, 2005; Mantoan, 2006; Mittler, 2003). Como destaca Mantoan (2003), a verdadeira inclusão só ocorre quando a escola se adapta para receber todos os estudantes, em vez de esperar que eles se encaixem em um modelo pré-estabelecido. Portanto, embora o Brasil tenha dado passos importantes na consolidação de uma educação inclusiva, ainda há um longo caminho a percorrer para que esse direito seja plenamente garantido na prática.

3. O PAPEL DO MONITOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os monitores escolares (também chamados de profissionais de apoio, cuidadores escolares ou auxiliares de alunos inclusos, dependendo da rede de ensino) são fundamentais para a efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência, atuando na mediação das necessidades relacionadas à mobilidade, alimentação, higiene, segurança e participação cotidiana. De acordo com o Decreto nº 7.611/2011, os sistemas de ensino devem assegurar “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades dos alunos inclusos” (Brasil, 2011). A Nota Técnica nº 19/2010 da Secadi/MEC reforça que o profissional de apoio não tem função pedagógica, mas “ atua como suporte ao estudante público-alvo, facilitando sua participação nas atividades escolares e promovendo sua autonomia”. Assim, esse profissional não substitui o professor, mas coopera com equipe pedagógica na construção de uma escola acessível e inclusiva.

Segundo Mendes (2010), os monitores podem atuar como “facilitadores do processo de inclusão, ajudando os alunos a superar barreiras de acesso e participação, além de contribuir para o fortalecimento de uma cultura inclusiva na escola” (p. 145). Dessa forma, a formação desses profissionais deve ser intencional e voltada para a compreensão das especificidades de cada aluno, bem como para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e pedagógicas.

A formação dos monitores requer uma abordagem multidimensional, que envolva a aquisição de conhecimentos sobre as necessidades educacionais específicas dos alunos e a aplicação de práticas pedagógicas inclusivas. De acordo com Rodrigues (2006, p. 112), “uma formação bem estruturada capacita os monitores a compreender a diversidade humana e a trabalhar em parceria com os

professores para criar ambientes de aprendizagem mais acessíveis e acolhedores" .

A presença de profissionais de apoio, como monitores capacitados, é considerada essencial para a efetivação da educação inclusiva, garantindo suporte pedagógico e emocional ao público-alvo da Educação Especial. Documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reconhecem a importância desses profissionais no atendimento às necessidades específicas de alunos com deficiência intelectual, física, auditiva, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação.

Monitores bem capacitados desempenham um papel fundamental na melhoria da aprendizagem e no desenvolvimento biopsicossocial de crianças com necessidades especiais, ao oferecerem suporte adequado às suas particularidades. A formação adequada aprimora a atuação desses profissionais, permitindo que identifiquem e atendam às necessidades individuais de cada criança, por meio da adaptação de estratégias de ensino e comunicação que favoreçam o processo educativo.

A educação inclusiva pressupõe um ambiente escolar que acolha a todos os estudantes, respeitando suas singularidades e garantindo condições equitativas de aprendizagem. Nesse contexto, o monitor desempenha uma função essencial, atuando como mediador entre o aluno com deficiência, o professor e a turma. Sua atuação não se limita ao acompanhamento individualizado, mas contribui para a construção de uma prática pedagógica inclusiva, em que as diferenças são valorizadas e integradas ao processo educativo (Mantoan, 2003, p. 23). Essa função está prevista em documentos oficiais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que defendem o reconhecimento da diferença como princípio para a construção de uma escola para todos.

A presença do monitor em sala de aula é respaldada por políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito ao atendimento especializado a estudantes com deficiência. No entanto, sua função ainda gera discussões, pois há quem confunda seu papel com o do professor de apoio ou do profissional de educação especial. Enquanto o professor é responsável pelo planejamento e mediação didática, o monitor atua de forma mais direta,

auxiliando o aluno em atividades cotidianas, como locomoção, comunicação, alimentação e organização dos materiais, sempre em articulação com a proposta pedagógica da escola.

Além do suporte individual, o monitor também contribui para a dinâmica coletiva da sala de aula, facilitando a interação entre o aluno com deficiência e seus colegas. Sua atuação pode incluir a adaptação de materiais, a interpretação de linguagens específicas (como a Língua Brasileira de Sinais -Libras ou comunicação alternativa) e o auxílio na resolução de conflitos, promovendo um clima de colaboração e respeito mútuo. Nesse sentido, o monitor não é apenas um facilitador do aprendizado, mas um agente de transformação social, ajudando a desconstruir estereótipos e a construir uma cultura de inclusão dentro da escola.

No entanto, para que esse trabalho seja efetivo, é necessário que as redes de ensino invistam na valorização profissional dos monitores, garantindo condições dignas de trabalho, carga horária adequada e integração com a equipe pedagógica. A ausência de políticas claras sobre sua atuação muitas vezes resulta em sobrecarga de funções ou em situações em que o monitor acaba substituindo o professor, desvirtuando sua função original. Como aponta Bueno (2008), a inclusão só se concretiza quando há uma rede de apoio bem estruturada, em que cada profissional atua dentro de sua especificidade, em prol de um objetivo comum.

Em síntese, o monitor é uma peça-chave no processo de educação inclusiva, mas sua atuação deve ser planejada e articulada com a equipe escolar, evitando práticas assistencialistas que reforcem a exclusão. Quando bem orientado, ele não apenas auxilia o aluno com deficiência, mas enriquece o ambiente educativo, demonstrando que a diversidade é um valor a ser celebrado. Como afirma Sasaki (2005), a inclusão é um processo que beneficia toda a sociedade, e o monitor, ao facilitar a participação plena de todos os estudantes, contribui para a construção de uma escola – e de um mundo – mais justo e acolhedor.

Além da atuação dos monitores, é imprescindível destacar o papel do professor de educação especial na promoção de práticas pedagógicas que acolham e respeitem a diversidade dos estudantes. O professor exerce função central no planejamento das atividades, na mediação da aprendizagem e na adequação de conteúdos, sempre com o objetivo de garantir a participação ativa e significativa dos alunos público-alvo da Educação Especial. Conforme destaca Mantoan (2006), a

simples presença de alunos com deficiência na escola comum não é suficiente: é necessário que os professores estejam preparados para ensinar e aprender com as diferenças. Sasaki (2005) complementa ao afirmar que a inclusão se concretiza com ações estruturadas, formação adequada e envolvimento coletivo. Dessa forma, o professor de educação inclusiva deve atuar em parceria com os monitores, equipe pedagógica e famílias, promovendo uma rede de apoio efetiva. Rodrigues (2006) reforça que equipes colaborativas são fundamentais para a construção de práticas flexíveis e acolhedoras, que superem as barreiras existentes no ambiente escolar. Assim, o professor deixa de ser apenas um transmissor de conteúdos e torna-se um agente transformador, essencial para a construção de uma cultura inclusiva que valorize a equidade e a diversidade.

4. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS MONITORES

A efetiva implementação da educação inclusiva depende, em grande medida, da qualificação dos profissionais que atuam diretamente com os estudantes, especialmente os monitores ou auxiliares de sala. Esses profissionais exercem um papel fundamental no processo de inclusão, oferecendo suporte individualizado e facilitando a participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares. No entanto, para que sua atuação seja realmente transformadora, é imprescindível que recebam formação adequada e contínua, alinhada aos princípios da educação inclusiva e às necessidades específicas dos estudantes.

A formação dos monitores escolares deve ser compreendida como um processo contínuo e essencial para a efetivação da educação inclusiva. Muitos desses profissionais são contratados sem qualificação específica, o que pode resultar em práticas inadequadas, como a superproteção do aluno ou a realização de tarefas em seu lugar, comprometendo sua autonomia e desenvolvimento. Como ressalta Mantoan (2003), a inclusão não deve criar dependência, mas sim fornecer os apoios necessários para que o estudante desenvolva plenamente suas potencialidades. Nesse sentido, é fundamental que os monitores recebam orientações claras sobre seu papel e participem de formações continuadas, alinhadas aos princípios da educação inclusiva. Essa capacitação deve abordar não apenas técnicas de auxílio, mas também noções sobre desenvolvimento humano, diversidade, estratégias pedagógicas inclusivas e comunicação alternativa.

Um dos principais desafios na formação de monitores é a falta de políticas públicas estruturadas que garantam acesso a cursos e capacitações regulares. Embora algumas redes de ensino ofereçam formações pontuais, muitas vezes elas são insuficientes ou desarticuladas da realidade escolar. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) prevê o direito ao atendimento especializado, mas não detalha como deve ser a preparação desses profissionais. A criação de programas de formação continuada, em parceria com universidades e instituições especializadas, que contemplem tanto aspectos teóricos quanto práticos da inclusão escolar. Para Mendes (2010), essa formação deve ser crítica, reflexiva e articulada à realidade escolar, contribuindo para o rompimento com práticas assistencialistas ainda presentes em muitas instituições.

A atuação do monitor escolar no contexto da educação inclusiva requer uma formação contínua e intencional, voltada para as especificidades dos alunos com deficiência. Para oferecer um suporte pedagógico adequado, é fundamental que o monitor compreenda as particularidades de diferentes deficiências e transtornos, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a síndrome de Down, deficiências físicas e intelectuais (Mantoan, 2003).

Além disso, é essencial que esses profissionais estejam preparados para aplicar estratégias pedagógicas inclusivas, como a adequação de atividades, o uso de materiais acessíveis e a promoção da participação ativa dos estudantes nas dinâmicas escolares (Mendes, 2010). O domínio básico de sistemas de comunicação alternativa e aumentativa, como Libras, braille e pictogramas, é outro aspecto importante da formação, pois contribui para a efetiva comunicação com alunos que enfrentam barreiras na fala, audição ou visão (Sasaki, 2005).

A promoção da autonomia dos estudantes é outro eixo central, já que o objetivo do apoio escolar não deve ser o de gerar dependência, mas sim de fortalecer a independência e o protagonismo do aluno (Werneck, 1997). Por fim, a formação deve enfatizar a importância do trabalho colaborativo entre os monitores, professores, gestores e famílias, com vistas à construção de uma cultura inclusiva e à efetiva integração ao projeto político-pedagógico da escola (Bueno, 2008).

Além disso, é fundamental que os monitores tenham espaços para troca de experiências, onde possam refletir sobre suas práticas e receber orientações. Como destaca Sasaki (2005), a inclusão é um processo dinâmico que exige constante

aprendizado e adaptação. Portanto, a formação não pode ser vista como um evento isolado, mas como um ciclo contínuo de estudo, prática e reflexão.

Outro aspecto crucial é a valorização profissional dos monitores, que muitas vezes atuam em condições precárias, com baixos salários e carga horária excessiva. A falta de reconhecimento pode levar ao desânimo e à alta rotatividade, prejudicando o vínculo com os alunos e a qualidade do atendimento. Políticas que garantam melhores condições de trabalho, plano de carreira e oportunidades de crescimento são essenciais para reter esses profissionais e motivá-los a se qualificar cada vez mais.

Em resumo, a formação e capacitação dos monitores são pilares fundamentais para a consolidação da educação inclusiva. Sem profissionais bem preparados, as políticas de inclusão correm o risco de se tornarem meramente simbólicas, sem impactar positivamente a vida dos estudantes. Investir na qualificação desses monitores é, portanto, investir em uma escola mais acolhedora, onde a diversidade seja não apenas respeitada, mas celebrada como parte essencial do processo educativo. Como afirma Bueno (2008), “a verdadeira inclusão só acontece quando todos os envolvidos – professores, monitores, gestores e familiares – trabalham juntos, cada um contribuindo com seu saber e sua experiência para a construção de uma educação mais justa e equitativa”.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi desenvolvida através de uma abordagem quanti-qualitativa, combinando métodos bibliográficos, exploratórios e descritivos para investigar a realidade dos monitores de educação inclusiva no município de Nova Bassano. Os resultados oferecem um panorama detalhado sobre os desafios e práticas desses profissionais.

A metodologia pode ser definida em quatro etapas. A primeira etapa consistiu em uma ampla revisão bibliográfica, onde foram analisadas as principais legislações nacionais sobre educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, além de artigos científicos e dissertações sobre o tema. Esta fundamentação teórica permitiu contextualizar a pesquisa dentro do atual debate acadêmico sobre inclusão escolar.

Na segunda etapa, referente à coleta de dados quantitativos, foram solicitadas informações oficiais à Secretaria Municipal de Educação de Nova Bassano, que prontamente disponibilizou dados atualizados sobre a Educação Inclusiva no município. Conforme informado, há 41 alunos pertencentes ao público-alvo da inclusão matriculados na rede pública, contando com o apoio de 12 monitores em atividade. Esses dados indicam uma média aproximada de um monitor para cada 3 a 4 alunos.

Na terceira etapa, foram realizadas entrevistas com cinco monitores atuantes em duas escolas de ensino fundamental da rede pública municipal. As entrevistas, realizadas entre abril e maio de 2025, seguiram um roteiro semiestruturado com perguntas abertas sobre: suas experiências diárias, principais dificuldades enfrentadas, relação com professores e gestores, e necessidades de formação. Cada entrevista durou em média 50 minutos..

A seleção dos participantes obedeceu a critérios previamente definidos: todos os monitores entrevistados estavam atuando na rede municipal de ensino com alunos público-alvo da educação inclusiva em sala de aula, por um período mínimo de seis meses. A amostra contemplou profissionais de duas escolas municipais de Ensino Fundamental, proporcionando uma visão abrangente da realidade educacional do município. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A análise qualitativa dos dados, na quarta etapa, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), identificando-se quatro categorias principais: 1) Formação profissional; 2) Relação com a equipe escolar; 3) Desafios cotidianos ; e 4) Sugestões de melhoria.

Os resultados obtidos, que serão detalhados no próximo capítulo, oferecem contribuições valiosas para a compreensão da necessidade de oferecer uma formação específica aos monitores para que possam contribuir de forma eficaz no processo de inclusão dos alunos na escola, além disso, revelando os desafios que enfrentam na rede municipal de ensino de Nova Bassano.

6. Os profissionais de Atendimento Educacional Especializado

A estrutura dos cargos públicos voltados à inclusão de alunos com deficiência na rede municipal de ensino de Nova Bassano está formalizada no Plano de Cargos

e Carreiras da Prefeitura, que define três cargos públicos sendo eles: Professor de Educação Especial, Auxiliar de Alunos Especiais e Monitor de Alunos Especiais. Cada um desses cargos apresenta exigências formativas e atribuições distintas, o que revela uma estrutura organizacional que reconhece diferentes níveis de atuação, mas que também evidencia disparidades importantes na qualificação técnica requerida. O cargo de Professor de Educação Especial exige formação em curso superior de Pedagogia com habilitação específica na área ou capacitação mínima de 360 horas voltada à educação especial ou inclusiva. Esse profissional é responsável por planejar e executar práticas pedagógicas especializadas, apoiar a flexibilização curricular e colaborar com os demais docentes no atendimento às necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Por sua vez, o Auxiliar de Alunos Especiais deve possuir formação em magistério ou curso normal completo e tem como atribuição auxiliar nos cuidados pessoais dos estudantes, promover acessibilidade, estimular a autonomia e atuar em parceria com professores e equipe pedagógica, colaborando para a inclusão nas atividades escolares. Já o Monitor de Alunos Especiais, que pode ingressar no cargo com ensino médio completo, é designado para prestar auxílio individualizado ao aluno, apoiar nas atividades de higiene, alimentação e locomoção, incentivar a interação com os colegas, bem como garantir a segurança e o bem-estar do estudante. Além disso, espera-se que esse profissional participe de formações continuadas e atue de maneira articulada com os demais profissionais da escola. Apesar da relevância social e pedagógica dessas funções, a diferença nos níveis de exigência formativa entre os cargos aponta para uma problemática que merece atenção: os profissionais que atuam mais diretamente e continuamente com os estudantes com deficiência – como os monitores – são, muitas vezes, os que têm menor qualificação exigida pelo sistema. Essa realidade pode comprometer a efetividade das práticas inclusivas, uma vez que o apoio pedagógico especializado exige não apenas disposição para o cuidado, mas também compreensão teórica, sensibilidade educativa e domínio de estratégias metodológicas adequadas. Assim, torna-se urgente a valorização desses profissionais por meio de políticas de formação continuada, reconhecimento institucional e revisão das exigências mínimas de ingresso, como forma de fortalecer o processo de inclusão escolar (Nova Bassano, 2025).

A citada pesquisa foi realizada em duas escolas do município de Nova Bassano, com cinco entrevistadas: duas monitoras, duas professoras de Educação Inclusiva e uma auxiliar de alunos público-alvo da educação inclusiva.

	Entrevistada 1	Entrevistada 2	Entrevistada 3	Entrevistada 4	Entrevistada 5
Idade	16 anos	17 anos	44 anos	49 anos	47 anos
Cargo	Monitora pelo CIEE	Monitora pelo CIEE	Professora de Educação Inclusiva	Professora de Educação Inclusiva	Auxiliar de Alunos Especiais
Tempo de serviço	8 meses	1 ano	7 anos	7 anos	8 anos
Contrato	Contrato temporário	Contrato temporário	Concursada	Concursada	Concursada
Formação	Cursando o ensino médio	Cursando o ensino médio	-Magistério; -Matemática; -Pedagogia; -Educação Especial -Pós em: Atendimento Especial Especializado (AEE); Psicopedagogia clínica e institucional	- Pedagogia - Pós em: Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial; Neuropedagogia; -Sala de recursos multifacionais e AEE. - Autismo, deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvi-	-Pedagogia em séries iniciais; -Pós em: Recursos Humanos; Deficiência especial com ênfase em deficiência mental

				mento e síndrome de down	
--	--	--	--	--------------------------------	--

A seguir, apresentamos um quadro síntese do perfil das entrevistadas: A partir das entrevistas realizadas com profissionais que atuam em duas escolas municipais de Nova Bassano, foi possível identificar fragilidades estruturais e formativas que comprometem a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. A análise se baseia nas respostas e é sustentada por referências da área da educação inclusiva.

A análise da tabela que apresenta o perfil das entrevistadas evidencia diferenças significativas entre os profissionais que atuam diretamente com alunos público-alvo da educação especial. As duas monitoras contratadas via Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) possuem vínculo temporário e estão em processo de escolarização, cursando o ensino médio, sem formação específica na área da educação inclusiva. Por outro lado, as demais profissionais entrevistadas — duas professoras de educação inclusiva e uma auxiliar — são servidoras concursadas e possuem formação superior, além de múltiplas especializações na área da Educação Especial. Essa diferença de formação é preocupante, pois pode comprometer a qualidade do apoio oferecido e dificultar a efetivação de práticas inclusivas consistentes. Conforme apontam Mantoan (2006) e Sasaki (2005), o trabalho com estudantes com deficiência exige profissionais preparados, com formação continuada e respaldo institucional.

Os dados revelam um contraste significativo entre o nível de formação das monitoras e o das professoras e da auxiliar. Enquanto as monitoras estão cursando o ensino médio, as demais profissionais possuem formação superior e especializações na área da educação especial. Essa desigualdade formativa expõe uma realidade preocupante, pois os profissionais que estão mais próximos das crianças com deficiência, são justamente os menos preparados para atender suas necessidades específicas.

Mantoan (2006) alerta que “não basta incluir alunos com deficiência na escola comum, é preciso garantir que todos os envolvidos no processo educativo estejam preparados para acolher, ensinar e aprender com as diferenças”. No entanto, nenhuma das entrevistadas afirmou ter recebido formação específica promovida pelo município, “

O município não me ofertou nenhum curso” (Entrevistada 1) e “Fiz por conta própria, sem envolvimento do município” (Entrevistada 3), aquelas com maior qualificação buscaram-na por iniciativa própria. Sasaki (1997) defende que a formação contínua deve ser uma política pública prioritária e não uma escolha individual ou eventual.

A ausência de cursos sistemáticos e estruturados, voltados especificamente à atuação dos monitores escolares, contribui para a manutenção de práticas assistencialistas e pouco pedagógicas, como apontado nas respostas das monitoras, que descreveram suas atividades como acompanhar no lanche, no brincar e observar o comportamento, além da mediação pedagógica e apoio à aprendizagem.

A análise das respostas mostra que os desafios enfrentados pelas entrevistadas vão desde o manejo do comportamento dos alunos até a falta de aceitação por parte dos colegas de turma e das famílias, “As crises dos alunos” (Entrevistada 2) e “Aceitação dos colegas e dos pais, além de falta de materiais adequados” (Entrevistada 4). Isso indica a permanência de barreiras atitudinais e institucionais, que segundo Sasaki (2003), são tão ou mais limitadoras do que as próprias deficiências dos alunos.

As monitoras relataram sentir-se despreparadas e sem orientação clara da escola sobre seu papel, além de receberem pouco ou nenhum suporte pedagógico. Conforme a entrevistada 1 afirmou: “[...] pouca coisa foi me explicado” e a entrevistada 2: “[...] nenhum suporte”. Essa ausência de apoio compromete não apenas a qualidade do atendimento prestado, mas também o bem-estar e a autoconfiança desses profissionais, o que vai na contramão da proposta de inclusão como responsabilidade coletiva da escola (Rodrigues, 2006).

As professoras, apesar de possuírem maior formação, também apontaram desafios importantes, como a falta de materiais adequados, de salas de apoio e o despreparo da escola como um todo para lidar com as necessidades do público-alvo da educação especial. A entrevista 3 destaca: “A escola tem muito o que aprender”, revelando que a inclusão não depende apenas da vontade individual, mas de uma transformação institucional mais ampla.

As práticas relatadas pelas monitoras estão centradas em atividades de cuidado e vigilância, “Auxílio nas atividades, no brincar, no lanche e acompanhamento no banheiro” (Entrevistada 1) o que revela um modelo de atuação ainda limitado e distante da perspectiva de educação inclusiva defendida por Mantoan (2003), que propõe a

atuação colaborativa entre os diferentes profissionais da escola e o envolvimento de todos com o processo de ensino-aprendizagem.

Em contrapartida, as professoras mencionaram: “Oriento e flexibilizo as atividades propostas pela professora titular”(Entrevistada 3) e “Adapto as atividades e auxílio” (Entrevistada 4). A adaptação de atividades, a orientação pedagógica e o acompanhamento individualizado fazem parte da rotina. Essa diferença de atuação reforça a ideia de que, sem formação específica, os monitores acabam ocupando um lugar ambíguo entre o cuidado e o ensino, muitas vezes excluídos do planejamento pedagógico da escola (Glat; Fernandes, 2005).

Rodrigues (2006) afirma que “a inclusão exige práticas pedagógicas flexíveis e personalizadas, mas também equipes escolares integradas e colaborativas”. No entanto, a análise dos dados mostra que, embora haja alguma troca entre professoras e monitores, a comunicação com a coordenação pedagógica é quase inexistente. “ Só com o professor titular, com o pedagógico somente no início do ano” (Entrevistada 1) e o contato com as famílias é superficial ou ausente, assim como relatado pela entrevistada 4, “Um contato muito superficial”.

Outro ponto identificado nas entrevistas foi a precariedade no acesso a materiais e a falta de formações específicas promovidas pelas escolas. Apenas uma das profissionais relatou ter acesso à sala de recursos multifuncionais e jogos pedagógicos, “[...] tenho acesso a sala de recursos e jogos” (Entrevistada 3). As demais mencionaram improvisar com materiais alternativos ou simplesmente não contar com nenhum suporte didático “Não tenho, faço uso de materiais alternativos” (Entrevistada 4).

Mesmo diante dessas adversidades, as professoras e a auxiliar demonstram esforço individual para se atualizarem. Todas afirmaram que buscam informações e formações por conta própria, seja por meio de leituras, vídeos e/ou cursos “[...] vou atrás de muitas leituras e cursos” (Entrevistada 4). Essa busca, revela uma lacuna na política educacional: a responsabilidade pela formação recai sobre o indivíduo, quando deveria ser uma ação planejada e garantida pelo sistema educacional.

Ao serem perguntadas sobre a formação recebida, se é suficiente para lidar com os desafios da inclusão, as respostas das monitoras foram taxativas ao apontar que “Não tem nada a ver com minha formação.” (Entrevistada 1) e “[...] aprendo com a professora titular” (Entrevistada 2). Já as professoras reconheceram que a formação

nunca é o bastante “Nunca é o suficiente, preciso sempre estar me atualizando” (Entrevistada 3), sendo necessária uma constante atualização, o que vai ao encontro do pensamento de Mantoan (2006), que afirma: “não há formação que nos torne prontos para todas as situações; a formação se constrói no fazer, na escuta, na troca”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva, consolidada por importantes marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), representa um compromisso ético, político e pedagógico com o direito de todos à educação de qualidade. Fundada no reconhecimento da diversidade como valor e não como obstáculo, essa concepção de ensino exige a reorganização da escola para atender de forma equitativa às singularidades de cada estudante, superando as práticas excludentes historicamente presentes no sistema educacional brasileiro.

A presente pesquisa possibilitou uma análise da atuação dos monitores escolares no processo de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no município de Nova Bassano. A partir dos dados coletados e das entrevistas realizadas, evidenciou-se que a formação desses profissionais ainda é iniciante e, muitas vezes, desarticulada das necessidades reais do cotidiano escolar, o que compromete diretamente a efetivação da educação inclusiva.

Mantoan (2003, 2006) alerta que a simples presença do aluno com deficiência na escola comum não garante inclusão — é preciso que os profissionais estejam preparados para acolher, ensinar e aprender com a diversidade. No entanto, conforme observado nas falas das monitoras, há uma ausência quase total de formação específica promovida pelas redes de ensino, o que resulta em práticas limitadas ao cuidado e à vigilância, reforçando um modelo assistencialista e excludente.

Sassaki (2005) argumenta que a inclusão não se faz apenas com boa vontade, mas com ações planejadas, formação contínua e mudanças estruturais. Essa perspectiva é reforçada por Rodrigues (2006), ao defender que a formação dos monitores deve ir além de técnicas de auxílio, contemplando o desenvolvimento de

competências pedagógicas, emocionais e sociais que permitam ao profissional atuar de forma colaborativa com a equipe escolar.

Além disso, como aponta Mendes (2010), os monitores são agentes fundamentais na superação de barreiras de participação e aprendizagem, contribuindo para a consolidação de uma cultura inclusiva. No entanto, como demonstrado neste estudo, a falta de clareza sobre seu papel e a ausência de integração com o projeto pedagógico da escola geram insegurança e desvalorização profissional, afetando negativamente tanto os profissionais quanto os estudantes atendidos.

A atuação dos monitores, quando bem orientada e apoiada, pode ser uma ponte entre o estudante e o ambiente escolar, promovendo mediações pedagógicas, apoio à autonomia e à interação social. Para que isso se concretize, é indispensável a construção de políticas públicas que garantam formação inicial e continuada, condições dignas de trabalho e reconhecimento institucional. Bueno (2003) salienta que a reorganização da escola para a inclusão só será possível com uma rede de apoio bem estruturada, na qual todos os profissionais compreendam e desempenhem suas funções com clareza e compromisso.

Dessa forma, conclui-se que investir na formação dos monitores não é apenas uma exigência legal, mas uma necessidade urgente para tornar a escola um espaço inclusivo, em que a diversidade seja reconhecida como valor educativo.

Do ponto de vista pessoal e acadêmico, a realização deste trabalho permitiu compreender de forma mais profunda a complexidade da inclusão escolar e a relevância do monitor escolar como elo fundamental para que a inclusão não se restrinja ao discurso, mas se concretize em práticas transformadoras. Foi possível perceber que a formação dos monitores não pode ser vista como um complemento, mas como parte estruturante das políticas educacionais inclusivas. A ausência de políticas públicas específicas para essa formação revela-se como uma lacuna que precisa ser urgentemente enfrentada.

Dentre os desafios identificados, destacam-se a desvalorização dos monitores, a falta de clareza sobre seu papel, a ausência de formação institucionalizada e a dificuldade de integração com a equipe pedagógica. No entanto, também emergem possibilidades promissoras: a sensibilidade e a disposição dos profissionais para aprender, o potencial transformador da atuação

colaborativa entre monitores e professores e o reconhecimento da importância de uma rede de apoio bem estruturada nas escolas.

Por fim, esta pesquisa abre caminhos para estudos futuros que ampliem a análise para outros contextos regionais, incluam a perspectiva de gestores escolares, estudantes e familiares, e investiguem experiências bem-sucedidas de formação de monitores em municípios que adotam políticas públicas inclusivas mais estruturadas. Investir na formação e valorização desses profissionais é uma das chaves para garantir uma escola verdadeiramente inclusiva, na qual todas as diferenças sejam não apenas respeitadas, mas reconhecidas como parte essencial do processo educativo.

8. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação inclusiva: a reorganização da escola**. In: MANTOAN, Maria Teresa Egler (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva: em construção**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **A escola e a diferença: inclusão, exclusão e a agenda da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A escola inclusiva no Brasil: da ideologia à realidade**. In: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de; et al. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 139-156.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOVA BASSANO. LEI MUNICIPAL Nº 2.192, DE 26 DE MAIO DE 2009. Plano de carreira dos servidores.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Patrícia. **A inclusão escolar e o papel do professor itinerante**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 349–364, 2005.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer, eu existo: crianças especiais no Brasil – uma visão atual e abrangente da infância brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

9. Anexos

- Roteiro de perguntas que nortearam o trabalho

1. Qual a sua idade?
2. Qual o seu cargo?
3. Qual a sua formação?
4. Você recebeu alguma formação específica para a função? Se sim, qual?
5. Quais são os maiores desafios que você enfrenta no dia a dia?
6. Como você foi selecionada para atuar como monitora de alunos público-alvo da inclusão?
7. Há quanto tempo você está como monitora dos alunos?
8. O que te motivou a se tornar monitor de alunos público-alvo da inclusão? Você sente que há um bom suporte da escola para sua atuação?
9. Como é a sua rotina de trabalho?
10. Como você identifica as necessidades específicas de cada aluno que acompanha?
11. O que você sugeriria para melhorar a atuação dos monitores na escola?
12. Você tem acesso a materiais e recursos adequados para apoiar os alunos?
13. Você tem contato com as famílias dos alunos que auxilia? Como essa parceria acontece?
14. Como ocorre a comunicação entre você, o professor titular e a equipe pedagógica?
15. Já procurou formações ou cursos por conta própria para melhorar sua atuação? Quais?
16. Você sente que sua formação está sendo o suficiente para lidar com os desafios da função?